

NCE/13/00591 — Decisão de apresentação de pronúncia - Novo ciclo de estudos

Decisão de Apresentação de Pronúncia ao Relatório da Comissão de Avaliação Externa

1. Tendo recebido o Relatório de Avaliação/Acreditação elaborado pela Comissão de Avaliação Externa relativamente ao novo ciclo de estudos e-Planeamento

2. conferente do grau de Doutor

3. a ser leccionado na(s) Unidade(s) Orgânica(s) (faculdade, escola, instituto, etc.)

Faculdade De Ciências (UL)

Faculdade De Ciências E Tecnologia (UNL)

4. a(s) Instituição(ões) de Ensino Superior / Entidade(s) Instituidora(s)

Universidade De Lisboa

Universidade Nova De Lisboa

Universidade De Aveiro

5. decide: Apresentar pronúncia

6. Pronúncia (Português):

A Comissão Científica Conjunta (UL,UNL,UA) e-Planning apresenta os aspetos fundamentais, somando á resposta ao pedido de informação anterior. Exigindo a resposta a todos os pontos mais espaço, estamos disponiveis para esclarecimento complementar.

Embora convictos do percurso sólido do ciclo de estudos, entendemos a necessidade de introduzir melhorias e avaliar as mesmas. É fundamental contar com um minimo de 3 anos, pela importância vital de um mínimo de estabilidade para os actuais e novos doutorandos, e para permitir que a adequação ás melhorias sejam sólidas, fundamentadas, faseadas e não precipitadas.

Concordamos com a importância da epistemologia do e-Planeamento, e a disciplina obrigatória de Fundamentos de e-Plan. tem vindo a reforçar essa função.

Concordamos que a ciência politica é uma componente importante, mas não a exclusiva. O e-Planeamento enquanto área científica autónoma emerge, como explicado, da “escola MIT” de Planeamento, distinto do percurso do planeamento em Portugal, tendo um corpo nuclear integrando engenharias, economia e desenvolvimento regional, ciencia politica, ambiente, urbanismo, sociologia e antropologia. A componente de ciências e engenharia das tecnologias de informação e comunicação, no contexto do Planeamento (“escola MIT”) assumiu um papel estruturante vital para o e-Planeamento.

Indo ao encontro das recomendações da CAE propomos acelerar um desenvolvimento já previsto, de criar 3 disciplinas obrigatórias de 3 ECTS, de “fundamentos de politicas públicas” (UA, já prevista como opcional), “ciências e engenharia das tecnologias de informação” (FC-UL), e “planeamento para a sustentabilidade” (FCT-UNL), substituindo o actual “seminário avançado e-Planning”.

A viabilização das discp. opcionais é facilitada partilhando-as, na sua grande maioria, com outros cursos. As discp. opc. criadas de raiz são em número muito imitado e centradas na inovação curricular vital ao e-Planeamento, sem oferta anterior. Nem todas as discp. opc. são oferecidas em cada ano lectivo; finalmente, teve-se em conta simplificar a transição dos actuais doutorandos para o novo programa, estando previsto um acerto em função da experiência e da procura. Nenhuma

disciplina cujo crédito contou para outro grau académico, pode ser crédito para este doutoramento.

Algum desequilíbrio na distribuição docente nas discp. obrigatórias, tem vindo a ser gradualmente resolvido pelo reforço da colaboração com outros docentes e formação de novos em e-Planeamento. De notar que o requisito da discp. obrigatória de Metodos pode ser satisfeito por outras disciplinas de outros docentes, e a actual designação específica dessa disciplina pode ser eliminada.

Com estas precisões, pensamos pois existir sintonia com o essencial das preocupações manifestadas, tendo que se ter em conta que o período difícil que atravessamos obriga a um faseamento das melhorias, que noutras circunstâncias poderiam ser expeditas.

7. Pronúncia (Português e Inglês, PDF, máx. 150kB): (impresso na página seguinte)

Anexos

Como breve complemento que pensamos poder ajudar a compreender o percurso e a natureza do programa e-Planning, apresentamos aqui extractos do Livro "Projectos e-Planning - As Primeiras Jornadas" (Ferraz de Abreu, P. et al 2012)

As a short complement we think may be useful to better understand the history and nature of the proposed e-Planning Program, we include here excerpts from the Book "e-Planning projects - The First Steps" (Ferraz de Abreu, P. et al 2012)

LIVRO "Projectos e-Planning - As Primeiras Jornadas" (Ferraz de Abreu, P. et al 2012)

BOOK "e-Planning projects - The First Steps" (Ferraz de Abreu, P. et al 2012)

Transcrição parcial, capítulos:

- Introdução ao e-Planning, Pedro Ferraz de Abreu, UTL
- About e-Planning, Joseph Ferreira Jr., Ass.Head DUSP, MIT
- Intervenção nas Jornadas e-Planning, Joao Crespo, Vice-Reitor UNL

Partial excerpts, chapters:

- Introducing e-Planning Agenda, Pedro Ferraz de Abreu, UTL
- About e-Planning, Joseph Ferreira Jr., Ass.Head DUSP, MIT
- Intervention at Jornadas e-Planning, Joao Crespo, Vice-Reitor UNL

=====

Introdução ao e-Planning
Pedro Ferraz de Abreu, UTL

1. e-Planning - os primeiros passos

Em cooperação com o MIT (Massachusetts Institute of Technology), onde comecei a desenvolver o conceito de e-Planning e a construir a sua agenda com Joseph Ferreira Jr. e outros investigadores, diversos Institutos, Faculdades e Centros de Investigação em Portugal criaram em 2006 um "Consortium e-Planning" (www.e-planning.org). Um dos primeiros objetivos consistiu na construção de um novo programa de doutoramento conjunto. Este objetivo foi concretizado a partir de 2009, com o Programa Doutoral em e-Planning oferecido em conjunto por 4 Universidades em Portugal (UTL, UNL, UL em Lisboa e a U. Aveiro).

Não é por acaso que o e-Planning, enquanto área científica, nasce no MIT, e em particular no Dept. of Urban Studies & Planning (DUSP). Com efeito, foi aqui que Joseph Ferreira Jr. lançou as raízes de uma agenda de investigação em torno da Tecnologia e Planeamento, oferecendo um programa pioneiro designado "Planning Support Systems", como área de especialização do prestigiado "Master of City Planning" (MCP) no MIT. Foi esta agenda que me motivou juntar-me á equipa deste Professor, ainda enquanto terminava o meu Mestrado no Media Lab do MIT, 1988.

Uma vez admitido no DUSP, primeiro como "Fellow" do Special Program of Urban Studies and Planning (SPURS), 1990, e depois como Doutorando em "Urban and Regional Planning", 1991, propus, em conjunto com outro colega e com o apoio de Joseph Ferreira, uma nova área de doutoramento, a que

designámos de "Information Systems in Planning" , ou "Informational Planning":

"Informational Planning -- or Information Systems in Planning -- is a discipline whose cognitive object or domain is the study of the information technologies (IT) with relevance to the institutional and planning processes, and the relationships between those IT and these institutions and planning processes."

(Ferraz de Abreu, P. 1993, "Towards a Definition of Information Systems in Planning", MIT, DUSP - Cambridge, USA. May 1993).

(...)

a profundidade do trabalho a que fomos obrigados para o efeito, acentuou a consciência da relevância social e académica desta agenda.

Desde então, o debate e construção teórica alargou-se a uma comunidade crescente, dando origem á consolidação no DUSP/MIT de uma área transversal designada de "Urban Information Systems", como uma das áreas "nobres" comuns a todo o Planeamento ("cross-cutting area"). É assim que nasce o primeiro "e-Planning Seminar" em 2003, que tive a honra de lecionar no MIT (curso 11.950), depois de completar o meu doutoramento.

Esta breve introdução resume a agenda de investigação em e-Planning actualmente proposta, alicerçada neste percurso. Os próximos dois sub-capítulos baseiam-se diretamente num artigo escrito por mim e por Joseph Ferreira em 2003 (Ferraz de Abreu, P. and Ferreira Jr., J. "Towards a Research Agenda on e-Planning", MIT, 2003), atualizado mediante reflexão e discussão com a Equipa do Consórcio e-Planning durante 2007 e 2008. O referido artigo foi usado como base para a criação do novo programa Doutoral registado em 2009 em Portugal, constituindo, por este motivo, uma boa maneira de introduzir o e-Planning a investigadores interessados.

2. e-Planning, uma área científica emergente

O florescimento das tecnologias da informação e comunicação (TIC) permitiu avanços significativos em ambos os setores público e privado. Em particular, as novas TIC criaram novas condições para a melhoria do governo (incluindo e-Governo, mas não só), administração pública e serviços essenciais de interesse público, sejam eles fornecidos pelo Estado, instituições da sociedade civil ou empresas privadas. No entanto, estas possibilidades trazem consigo novos problemas e levantam diversas questões, que vão para além da utilização da Internet nos serviços públicos ou empresariais, e da reestruturação desses serviços para melhor se adaptarem à nova realidade da sociedade da informação.

O e-Planning é uma nova área de investigação científica que está a emergir para tratar de uma parte substantiva destas questões. O seu foco consiste em estudar e desenvolver a interação entre as TIC e o Planeamento, o que exige investigação em profundidade e desenvolvimento em ambos os domínios, das TIC e do Planeamento.

O Planeamento pode ser considerado uma disciplina abrangente e transversal, indo da formulação das políticas à sua implementação, da análise institucional aos quadros regulatórios, da participação pública à tomada de decisão. O Planeamento é, portanto, um elemento chave, uma interface no relacionamento entre o Governo e os Cidadãos, assim como na atividade organizada do Governo e dos Cidadãos, seja ela com ou sem fins lucrativos, de natureza social, económica ou cultural. Esse interface é o nível em que surgem a maioria dos novos problemas e questões, quando procuramos introduzir novas tecnologias da informação e comunicação.

Contudo, as tradições científicas de Planeamento diferem consideravelmente entre os EUA e Portugal (e na maioria da UE). Ao contrário dos EUA, não há "Escola de Planeamento" em Portugal, sendo esta área distribuída por diferentes escolas (Ambiente, Economia, Sociologia, Arquitetura, Urbanismo, Engenharia). Vemos essas diferentes tradições simultaneamente como um desafio e uma oportunidade para a colaboração entre a Academia Portuguesa e outras instituições internacionais,

como o MIT. Confluindo as ricas tradições científicas de Portugal e dos EUA que estão na base da sua fundação, estaremos em condições de dar uma contribuição única e sólida para construir o novo e emergente campo do e-Planning.

Esta agenda de investigação em e-Planning tem como objetivo abordar os novos problemas e consequentes questões de investigação que emergem do novo contexto tecnológico e dos seus amplos e profundos impactos em todas as áreas relacionadas com o Planeamento.

3. Problemas e Questões de Investigação

Os desafios e as oportunidades trazidas pelos novos desenvolvimentos tecnológicos partilham alguns traços comuns numa escala global, e apresentam algumas especificidades importantes para Portugal.

3.a) Questões de investigação fundamentais

Dada a natureza ampla e transversal do Planeamento, é importante identificar um foco para a agenda e-Planning. Optou-se por considerar os seguintes elementos-chave: Governo, Governança, a Cidade e o Território, a Cidadania, e o Planeamento da Infraestrutura do Conhecimento.

1. O e-Governo emergiu como uma política central da Administração Pública, tanto na UE como nos EUA. Inicialmente, assistimos a uma multiplicidade de iniciativas independentes no sentido de melhorar a utilização das TIC nos serviços públicos e administração, utilizando a Internet para facilitar o acesso à informação e automação de serviços. Agora temos a emergência de planos e autoridades centrais, até mesmo planos e agências regionais multinacionais, que estão a desenvolver estratégias de governo eletrónico e políticas que tocam todos os setores da sociedade e ramos do governo.

Alguns exemplos importantes são: a "Equipa em e-Governo para os Países Ibero-Americanos", ao nível dos ministérios centrais; a iniciativa "e-Europa", adotada como política pela Cimeira do Conselho Europeu de 2000, em Lisboa, exigindo que "a administração pública utilize as novas tecnologias a todos os níveis, de modo a permitir o acesso público à informação por parte de todos os cidadãos, promovendo, ao mesmo tempo, a interação on-line entre os cidadãos e a administração pública". Nos EUA, há investimentos significativos semelhantes, como o programa financiado pelo NSF "Governo Digital" e esforços de reestruturação do Governo Federal dos EUA (projeto do Vice-Presidente Gore "Reinventar o Governo" e as "Iniciativas e-Governo" do Instituto de Gestão e Orçamento).

Inevitavelmente, estes esforços de "e-Governo" estão a afetar a agenda para o que chamamos "e-Planning". Esta tendência está a forçar os planeadores a olhar além dos relativamente simples exemplos de automação dos serviços ou do acesso público a informações do governo. Será que os serviços centralizados irão além da publicação eficiente e da difusão, para promover um diálogo significativo entre os cidadãos e os interesses público/privados?

2. A tendência para um papel mais central da tecnologia no Governo e no Planeamento chegou, um tanto paradoxalmente, quando as tecnologias permitiram melhorar de forma significativa as perspectivas para análises espaciais desagregadas e descentralizadas, ao nível da comunidade. A redução de custos e melhoria da tecnologia tem estimulado a rápida expansão de dados desagregados e detalhados sobre o uso da terra e sua propriedade, geografia, infraestrutura, condições ambientais, entre outros, juntamente com sofisticadas novas ferramentas analíticas e técnicas de visualização para fazer o melhor uso destes dados.

Esta dupla tendência coloca novos desafios intelectuais a nível de comunidade/bairro, bem como a nível de cidade/ao nível global; e levanta questões de investigação numa multiplicidade de temas, com destaque para a Participação Pública, Privacidade, Segurança e Liberdades, Reforma Institucional e Planeamento do binómio Ambiente-Saúde. Além disso, o seu estudo requer um considerável conhecimento e compreensão do potencial das TIC, não só de hardware e software, mas também de ferramentas analíticas poderosas, "mineração de dados" e estratégias de comunicação.

3. A tecnologia está a trazer uma nova riqueza de dados e parâmetros, a vários níveis, que não estavam disponíveis anteriormente para os planeadores. Além dos problemas conhecidos da filtragem de dados e avaliação, questiona-se qual o impacto dessa disponibilidade de dados nos processos de planeamento, quais os seus níveis e alcance? Como se relaciona com o aparecimento do "planeamento de vizinhança"? Podem as TIC facilitar a descentralização da revitalização e os esforços de desenvolvimento urbano? Será que vão permitir novas formas de medir o desempenho de uma Cidade e dos Planos de Cidade? Será que essas medidas beneficiam os reguladores "de fora" ou os residentes e organizações comunitárias "de dentro"?

4. A tecnologia é também o foco de atenção num mundo preocupado com o aumento dos níveis de insegurança e conflito/competição. Como pode o Planeamento e as TIC contribuir para uma melhor compreensão das interações entre as questões de segurança, direitos humanos e liberdades? Quais são as novas ameaças à privacidade resultantes do nível de detalhe e precisão dos dados coletados nos processos de planeamento e implementação de políticas? Como é que as novas TIC podem impactar a capacitação institucional, e viabilizar diferentes enquadramentos na reformulação de uma nova ordem mundial e dos novos desafios institucionais globais?

5. A tecnologia está a facilitar o acesso do cidadão à informação e às infraestruturas da informação, a um nível nunca experimentado antes. Mas esta nova tendência de centralidade do governo, e consolidação da indústria das TIC, pode informar os cidadãos, e no entanto retirar-lhes poder. Quais as formas de participação na tomada de decisão e na economia que são procuradas, viabilizadas ou desencorajadas pelas novas políticas? Estão as políticas de desenvolvimento das tecnologias atuais a favorecer modelos de cidadão participativo/empreendedor, ou a relegar os cidadãos para um papel apenas de mero consumidor?

6. A tecnologia está a mudar rapidamente a administração pública. Que impacto está a ter nas instituições e nos regulamentos? Estão as novas tecnologias a desafiar o actual quadro institucional e regulamentar de planeamento e desenvolvimento urbano? Quais são os caminhos adequados para a reforma institucional e regulamentar?

7. Os novos desafios no Planeamento, com ou sem "e", não podem ser entendidos separadamente dos desafios que se deparam às pessoas que lhe dão corpo. Qual é o papel de um planeador neste novo esquema, entre as políticas orientadas para o e-Governo e o aumento da pressão dos cidadãos para um planeamento interativo? Que novas tecnologias, capacidades analíticas e competências são necessárias para a nova geração de planeadores? Como podemos melhorar os nossos currículos escolares atuais para corresponder a estas novas exigências?

3. b) Desafios específicos em Portugal

Além de partilhar as questões "centrais" com muitos outros países, Portugal depara-se com facetas específicas desses problemas. Identificámos os seguintes como exemplos importantes do que necessitamos de resolver:

1. Falhas Graves no Planeamento da Infraestrutura do Conhecimento. Grande parte do desafio que enfrentamos está patente numa declaração do Secretário de Estado do Ordenamento do Território do Governo Português, alertando para o facto de não termos informação adequada sobre o registo de quem possui perto de 20% dos terrenos em Portugal. Em geral, temos um deficiente geo-referenciamento de dados centrais e fraca integração/ articulação das várias bases de dados e SIG a vários níveis. Precisamos de "mapear o conhecimento do planeamento" de Portugal, fazendo o melhor uso dos avanços das TIC, e gerar melhores ferramentas para a integração e análise.

2. Administração Pública Deficitária. Apesar dos esforços de reforma, Portugal ainda tem elevados níveis de ineficiência na administração pública nacional e local. Por este motivo é premente a necessidade de reformular os seus procedimentos e tecnologia, para levar os benefícios da moderna tecnologia e procedimentos simplificados no sentido de melhorar os serviços e reduzir os seus custos. Mas a simples transposição mecânica dos actuais procedimentos para sistemas digitais, como tende muitas vezes a acontecer, corre o risco de desaproveitar o verdadeiro potencial das TIC, ou mesmo de ser contra-producente, se desenhado e implementado por quem não

compreende em profundidade tanto as TIC como a ciência da administração e das instituições. Por outras palavras, precisamos de uma abordagem e-Planning na reforma da Administração.

3. Necessidade premente de repensar o Papel do Estado e correspondentes novas Políticas Públicas. É necessário usar a tecnologia para melhorar a eficiência e segurança, mas sem comprometer as nossas liberdades e direitos; para promover uma inovadora e bem informada participação dos cidadãos (democracia participativa), sem enfraquecer as nossas instituições democráticas fundamentais (democracia representativa). As velhas batalhas na luta contra a exclusão social continuam a ser uma prioridade em Portugal, mas enfrentamos também os novos perigos crescentes da info-exclusão e novos riscos de falhas de mercado. Pretende-se promover uma economia orientada para o mercado, mas é preciso evitar a captura do poder regulatório por interesses particulares, que a nova geração das TIC pode tornar mais sofisticada e mais complexa de discernir.

Um bom exemplo de um problema complexo, numa pequena economia como a de Portugal, é o dilema das políticas públicas no contexto da globalização. Temos assistido facilitação na prática da concentração e quase-monopólios nacionais, como estratégia para criar dimensão, escala, capaz de competir com as multinacionais gigantes no contexto da globalização. Não será possível, em vez disso, equilibrar o terreno, não favorecendo intervenientes dominantes no mercado interno, mas sim promovendo o uso eficaz das novas tecnologias para viabilizar estratégias alternativas de competitividade, que não dependem exclusivamente dessa concentração?

4. Perda de Competitividade das nossas Cidades, incluindo a capital de Portugal, com a correspondente perda de centros de decisão, no contexto geral da globalização, no quadro da UE e, em particular, no contexto da Península Ibérica. Precisamos de uma visão ousada e inovadora para a cidade do futuro, utilizando da melhor forma as oportunidades trazidas pelas novas tecnologias.

5. Fraca Participação dos Cidadãos e seu Empoderamento ("Empowerment"). Portugal ainda tem níveis muito baixos de envolvimento dos cidadãos na sociedade civil, seja através de ONGs, ou da participação no processo político, das eleições às oportunidades de consulta pública (avaliação do impacto ambiental, a cidade mestre e planos regionais, etc.).

Esta é uma área onde a investigação relacionada com o e-planning em Portugal já mostrou um grande potencial no papel das novas TIC na promoção da participação significativa do cidadão e sua capacitação.

4. e-Planning no MIT

Como referido, o e-Planning surge no MIT na sequência de um longo caminho percorrido sob a liderança de Joseph Ferreira Jr. Podemos identificar vários marcos significativos neste percurso:

- 1983: A criação do "Computer Resource Lab" (CRL), na School of Architecture and Planning (SAP) do MIT.

Neste "College" do MIT, SAP, se incluía também o famoso Media Lab (aberto formalmente em 1985), onde completei o meu Mestrado em "Intelligent Graphic Interface: Capturing rules of human-computer interaction in a knowledge base" (Ferraz de Abreu, P. 1989). O CRL, ou "garden" como era carinhosamente conhecido pelos seus colaboradores e frequentadores, devido a plantas introduzidas por estes na sala, esteve estreitamente ligado á inovação da Internet (o meu primeiro email, no Media Lab, foi na rede que antecedeu a Internet, a Arpanet), e das Intranets no MIT (Athena Project).

- 1991: A criação da área de especialização em "Planning Support Systems" (PSS), no "Master of City Planning", e como "Research Cluster" do PhD em "Urban and Regional Planning". Esta foi a espinha dorsal de uma comunidade empenhada em desbravar o novo território aberto pela revolução tecnológica, ao dar lugar a uma nova geração de "planners" com um profundo domínio da tecnologia, não apenas para a aplicar mas também para a desenvolver e inovar.

- 1993: A aprovação da área "Information Systems in Planning", ou "Informational Planning," como

"First field (discipline or equivalent systematic approach to social inquiry)", ou seja, objecto de Doutoramentos no MIT.

Na vibrante comunidade PSS surgiram vários esforços para refinar e actualizar o domínio de investigação e a sua agenda. Além de Joseph Ferreira, Lyna Wiggins foi um dos docentes que contribuiu substancialmente para este esforço. Esta minha proposta resultou da percepção que a era importante estudar as TIC em planeamento não apenas como uma ferramenta ("support system"), mas também na sua dimensão teórica para lidar com os seus impactes transversais na sociedade, e a necessidade de os compreender e prever:

"Information technology is far from being simply a tool, that planners can master and use; it is also a powerful driving force transforming our society, that planners must understand and find the means to influence, where and when is possible and convenient."

(Ferraz de Abreu, P. 1993, "Towards a Definition of Information Systems in Planning", MIT, DUSP - Cambridge, USA. May 1993).

- 2002: A criação da área "Urban Information Systems" (UIS), como "cross-cutting area of study" no DUSP-MIT.

Liderado por Joseph Ferreira, o UIS resultou directamente da aceitação de Doutoramentos em "Information Systems in Planning", como um domínio "nobre" de Doutoramento no DUSP-MIT.

- 2003: A oferta do "e-Planning Seminar", como nova disciplina do MIT (course 11.950), parte integrante do currículo formal em Urban Studies & Planning. No contexto da criação da área "Urban Information Systems", e sempre com o apoio de Joseph Ferreira, o Director do DUSP, Larry Vale, aprovou transformar este novo curso num dos pontos de encontro transversais de todo o Departamento, os "Friday Lunch Seminars", onde tradicionalmente decorriam os tópicos considerados de maior interesse para todos os professores e alunos, e que incluía o financiamento do almoço aos participantes pelo próprio Departamento. Quem conheça o MIT e significado da famosa frase "there is no such thing as a free lunch", poderá apreciar o pleno significado deste detalhe...

Pelo seu papel precursor da nossa actual agenda e-Planning, vale a pena incluir aqui o "syllabus" que ofereci neste primeiro "e-Planning Seminar", no MIT, em 2003, enquanto docente desta disciplina, e que contou com a participação activa não só de alunos mas também de muitos docentes e convidados internacionais. Esta participação, que foi filmada integralmente pelo MIT, viabilizou um modelo particularmente enriquecedor, complementando as minhas aulas com um convidado externo em cada tópico, confrontado com um ou mais docentes do MIT no papel de "discussants", debatendo em profundidade a matéria dada no curso.

Tópicos: (A-Ambito)

1) Nível comunitário: Planeamento e-Comunidade

- Sistemas de informação de bairro
- Sistemas estatísticos comunitários
- e-Bairros
- Capacitar a comunidade

2) Nível Cidade: Melhorar o Desempenho da Cidade

- Conhecimento da cidade e meta-conhecimento
- Medição e monitorização de actividades e desempenho da cidade
- Aprender sobre cidades através das TI
- Infraestrutura de TI para a cidade e-Governo / e-Planeamento

3) Nível Global: O desvanecer das fronteiras entre o planeamento Regional, Nacional e Local

- e-Governo e e-Planeamento: novas inter-dependências entre os níveis nacional, regional e local
- Movimentos e-sociais e impacto multi-nível
- Governança informal e desafios para a soberania terrestre

Tópicos: (B-Assuntos)

1) Participação Pública

- Tecnologias da Comunicação para fortalecer os cidadãos
- Tecnologias do Conhecimento para responsabilizar a participação dos cidadãos
- Nova responsabilização de cidadãos com a des-regulação
- Novo papel do planeamento em governança

2) Privacidade, Segurança e liberdades no e-Mundo

- Planeamento, TI e compromisso entre a segurança e a liberdade
- Vulnerabilidade dos e-dados e livre circulação de informação
- Nova e-manipulação e padrões (standards) de metadados
- Serviços locais e acesso de dados: (Big-brother vs. monitorização eficiente)
- Preservação dos direitos individuais (livre circulação de informação vs. protecção contra uso impróprio da informação, segurança em viagem e acesso ao espaço da cidade vs. mobilidade dos cidadãos, privacidade na comunicações - Internet, voice, etc.).

3) Modelagem Urbana e Desenho Urbano

- As implicações de modelos transparentes e espaços urbanos sensíveis
- A mudança nas dinâmicas da economia da localidade
- Quem beneficia com GIS e análise espacial
- A geografia da mudança no e-World
- Novas relações espaciais (e.g., e-abutters)
- Facilitar a partilha de modelos e dados de planeamento

4) Planeamento ambiental

- Participação dos cidadãos na análise de impacto ambiental
- Planeamento de Kyoto e transportes
- Impactos do EnviroMapper como estratégia de informação pública
- Análise espacial e justiça ambiental

5) Reforma Institucional

- Emergência de novos quadros com impacto real no planeamento e governança formal e informal
- Planeamento na sociedade baseada no conhecimento
- e-Responsabilização
- Mudanças nos centros de decisão e-Governo
- TI desafia o paradigma hierárquico na administração pública

5. e-Planning em Portugal

Com o despontar da iniciativa do programa MIT-Portugal, e na sequência de uma reunião com o responsável do programa de Governo para o "choque tecnológico", Carlos Zorrinho, apresentei em 2006/04/01 o memorandum propondo a inclusão da agenda e-Planning no programa MIT-Portugal, e promovi a formação de um "Consortium e-Planning".

Este "Consortium" e-Planning, partindo de um grupo de trabalho FC-UL, ICS-UL e FCT-UNL, chegou a integrar informalmente 12 Departamentos / Institutos de 5 Universidades (UTL,UNL, UL, U. Aveiro, U. Coimbra), o CITIDEP e ainda o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, em colaboração estreita com o Dept. of Urban Studies and Planning do MIT. O seu objectivo foi articular a investigação e formação académica das diversas áreas do domínio científico, desde as engenharias às ciências sociais e políticas, em torno da agenda "e-Planning" (Tecnologia e o seu Contexto).

A colaboração com o MIT realça esta matriz: a excelência internacional alcançada por um Instituto de Tecnologia como o MIT, deve-se à excelência alcançada pela sua Escola de Engenharia, MIT, mas também pela suas Escolas de Planeamento, de Ciências Sociais e Humanas, e outras. Um "motto" da agenda e-Planning anuncia-se, no Colóquio MIT-Portugal de 2008: É preciso desenvolver Tecnologia também com as Ciências Sociais.

No relatório final do MIT para o acordo MIT-Portugal (29 Agosto 2006), foi recomendado pelo MIT ao Governo de Portugal dar especial consideração à proposta "e-Planning" (página 5 do relatório), sendo aliás esta a única proposta exterior ao plano inicial proposto pelo Governo de Portugal, a ser mencionada e recomendada pelo MIT.

Apesar de o Governo ter optado por ignorar esta recomendação do MIT, o "Consortium e-Planning" produziu resultados e cumpriu o seu objectivo imediato; de entre os seus participantes, 4 Universidades em Portugal registaram em 2009 um novo Programa Doutoramento Conjunto em e-Planning: Universidade Técnica de Lisboa, Universidade de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa e Universidade de Aveiro.

(...)

5. Agenda e-Planning

Talvez o produto mais significativo do trabalho da "Task Force" do referido "Consortium e-Planning", foi a síntese de uma "Agenda e-Planning", em torno de 5 temas nucleares: e-Infraestruturas, e-Governo, e-Governança, e-Cidade & Território, e-Cidadania.

Foi um período aureo de reflexão rica em substância, debate apaixonado, e elevado nível de exigência. Esta "Task Force" do "Consortium" reuniu regularmente no ICAT - FC-UL, e pode contar com contribuições do MIT, designadamente a minha, Joseph Ferreira, Ralph Gakenheimer, Michael Flaxman, Eric Klopfer, mas também de outros docentes e investigadores em Portugal. Até o Administrador USA da FLAD, Charles Buchanan, se associou com entusiasmo aos trabalhos. Além de dois sucessivos Directores da FC-UL, (José Manuel Pinto Paixão, Nuno Guimarães), participaram substantivamente nas reuniões iniciais Miguel Miranda, António José Rodrigues, José Guerreiro, Cristina Catita, Pedro Antunes (FC-UL), Luisa Schmidt, Tiago Saraiva, João Pato (ICS-UL), João Joanaz de Melo, António Camara (FCT-UNL), Eduardo Anselmo de Castro, Maria João Antunes (U. Aveiro), Cláudia Pato (U. Coimbra), José Lucio (FCSH-UNL), José Portela (IP Viana do Castelo), António Fernandes, Melissa Shinn (CITIDEP), entre outros.

A discussão foi exaustiva, dado todos estarem cientes das dificuldades de construir uma agenda transdisciplinar (...).

Eis o quadro síntese da Agenda e-Planning

Infraestrutura de conhecimento e-Planning

(e-Infraestruturas)

Mapeamento da sociedade do conhecimento.

Mapeamento do conhecimento de planeamento.

Desenvolvimento de novas infraestruturas de TIC e quadros estratégicos.

e-planning para o governo do futuro

(e-Governo)

Um governo mais eficiente e eficaz, mais próximo dos cidadãos; permitindo um melhor desempenho; melhores serviços, melhor adaptação ao desafio e novo potencial da implementação digital dos procedimentos administrativos, além de simples automação; bidirecional G2G , G2C , G2B.

e-Planning para uma nova governança

(e-Governança)

Promover uma cultura institucional voltada para o bem comum, mais equitativa e com menos exclusão; construir capacidade institucional estratégica dentro do mundo globalizado; melhores instituições; melhor cooperação regional e internacional, baseada na compreensão da geopolítica da sociedade do conhecimento; melhor quadro regulamentar e colmatação de falhas de mercado; melhor equilíbrio entre a segurança & eficiência vs. liberdades fundamentais, liberdade e responsabilidade. e-planning para a cidade do futuro

(e-Cidades e Território)

Construir as cidades do futuro, como ambientes sustentáveis, com novas funcionalidades que permitam a inovação; promover cidades com melhor qualidade de vida, mais atrativas e competitivas; com melhor ordenamento do território, que promovam a coesão social e territorial, incorporando os novos impactos estruturais das TIC. e-Planning para uma nova cidadania

(e-Cidadania)

Capacitar os cidadãos para que sejam mais bem informados e educados, mais participativos, críticos, responsáveis; maior equilíbrio entre os desafios tecnológicos e a ética, liberdades individuais & privacidade.

Em Abril de 2006, distribui um memorandum onde o Consortium e a agenda e-Planning foram pela primeira vez propostos formalmente, tendo sido subscrito pelos respectivos Directores e Presidentes dos Institutos / Faculdades, em Portugal, e o Director do DUSP, no MIT. Assim sendo, os membros do Grupo de Trabalho passaram a representar as suas Instituições, e dele saiu, naturalmente, a primeira Comissão Científica Conjunta do Programa Doutoral e-Planning, empossada em 2009 pelos Reitores da Universidade de Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa e Universidade de Aveiro.

O potencial desta agenda e-Planning é sublinhado, talvez da melhor forma, pela capacidade de atracção de candidatos ao Programa Doutoral Conjunto em e-Planning. Desde a sua oferta em 2009 e até 2012, num quadro de crise económica e com divulgação institucional muito incipiente, concorreram a este Programa mais de 50 candidatos, cerca de 20% dos quais estudantes estrangeiros, de 7 países (Angola, Belgica, Brasil, Holanda, Italia, Polonia, UK).

Cabe agora á comunidade de e-Planners a oportunidade de definir os próximos passos.

=====

About e-Planning

Joseph Ferreira Jr., MIT-DUSP Associate Dept. Head

Intervention at the First "Jornadas e-Planning", 2011

I am very pleased to have this opportunity to connect, and joint the discussion with Pedro Ferraz de Abreu and folks who are present, about e-Planning.

Actually it goes from quite some time ago. I remember discussions in the '90 around MIT when we were still trying to figure out and experiment with GIS computer technology and I am pleased to see the progresses with the e-planning efforts' in Portugal; where this explicit effort to connect interdisciplinary thoughts, across different schools, show that the "elephant" can be explored; and prevents that the idea that constituted e-Planning does not become too narrow.

I think it makes sense to spend a few moments reflecting on some of the issues with

computing and analytic use of technology in Planning, to see where we come from and where it may take us, hopefully to connect a bit with the kinds of projects and discussions that we have today.

We focused on GIS and digital government ideas that computer based analysis and modeling is at the core of planning decisions, and the things planners worked on.

The idea of what difference computing is making to urban planning, regional planning, is frequently quite limited. Many thought - it is a source of information, it is improving the productivity of individuals, and little else. But there is a change in the way we view information as impacting the process of deciding how to improve the metropolitan area, or who should have a voice, regarding databases about living conditions, sustainability, regarding how to introduce the sustainability in the future, etc.

And I think that's a common issue, because for a couple of decades, the public and private sector have invested in maps, and in the dataset, the collectivity of the information that is needed to do urban planning; so it is really now the time we can begin to think about e-Planning.

To think that e-Planning is more than digital maps, it's really beginning to enable the discussion of the work flow, and it becomes clear as well that it is intelligent for the business' to borrow, from the management organ, what we can think about the data regarding the future, in a little bit different way. Because we can now count on how much richer information and capacity to communicate we have, through information technology. How much it reached several issues and possibilities, regarding who should be doing what to make the world better.

I think the idea of how using computing in planning changes the set-up, is relevant. How we institutionalize the way, and which, knowledge about who's doing what activities in the city, and what options exist for the future, and who has to be at the table of the discussion. It is not an easy question.

I think it is an exciting time to try to engage people who come from different areas of expertise, in the discussion of what form of public debate should be facilitated, regarding the way we get to our future with the assistance of information and the tools to manipulate it.

Without this idea that if we have enough time and money, we can make the best of all plans, we would have a change of notion of what do constitute public participation. So, as a result, I think is a kind of exciting time to think about which way and which information technology can enable people to cross disciplines, to have a richer and deeper discussion about the ways to plan the future. And the institutions that can facilitate that; in a way that addresses some of the never-ending problems.

So planning issues where there is this kind of problem, when you laid out the social choices about what is best, you need to do more than the obvious. Where there are a lot of the issues, you need to identify which one is framing the dialogue about what the possibilities are.

Let me just give one example. I am here in Singapore now and I am working on the future mobility project and I am one of the few people from urban planning background with as well a computer background. There are several others engineers of technology and computer science, and it's easy to sort out a frame to the question about future urban mobility.

In a place like Singapore, they invest in infrastructure, they govern the congestion crisis and public transport system, but they still have a growing number of cars, they still have the lock of the congestion. It feels very developed, the government dictating the land use and the first four thousand housing units, because 60% of the people live in public housing, so they control a lot the development pattern in a system of density providing the infrastructure. Well, what can they do with the next couple of decades?

When you look at the land-use planning models, you can see a lot of ways in which to improve urban

mobility -- that's the name of the project: future mobility. Everybody wants more mobility. When you think about it a little bit, what happens when you have more mobility? You move around more. And if you move around more, it may be not quite sustainable, so should it be a surprise that people move further out when you improve the transportation infrastructure? What kind of growth to control? More freedom of choice? And how to improve mobility, without digging a hole from the sustainability point of view?

Now you have a lot of data through which you can observe what kind of choice people made, what's happening when you have many subway lines, etc. but it still is a very complex picture to figure out how to improve mobility. So, e-Planning is an improved approach to these issues, we can't ignore all the data we have nowadays, we have to process them, observing them from a more complex point of view and dealing with that in a more realistic way.

Realistic. means we need to look at these complex problems with a larger set of bodies of knowledge than the traditional planning specialist; we need in depth understanding of "classical" planning knowledge, but also in-depth understanding of what technology can and can't do, and what data we can gather and how to harvest, filter and digest it; we need to know how to use such wealth of data to address the many dimensions of the problem. We need e-Planning.

=====

João Crespo
Vice-Reitor da Universidade Nova de Lisboa
Intervenção nas Jornadas e-Planning 2011

Queria começar por agradecer o convite para estar aqui presente. O Professor António Rendas, Reitor da Universidade Nova de Lisboa, não pôde estar, mas eu estou com muito gosto.

Estou com muito gosto, pela natureza do programa e também por poder estar aqui outra vez, novamente presente na FLAD e com bons amigos, como Charles Buchanan. E curiosamente, este é um programa que não me é realmente indiferente, porque, na altura em que o programa arrancou eu, curiosamente, era presidente do Conselho Científico da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Portanto, todo o procedimento de arranque do programa, por parte, na altura, do envolvimento da Faculdade de Ciências e Tecnologia, foi um processo que eu acompanhei.

O Professor João Joanaz de Melo fez um trabalho na altura que, eu diria, de louco, porque teve de convencer todos que o programa fazia sentido, o que não era óbvio, toda a gente lhe perguntava o que queria dizer e-Planning, não era exactamente a coisa mais evidente do mundo.

Mas, curiosamente, eu devo dizer que, já na altura me parecia que o tipo de programa que estava a tentar ser construído e posto de pé, e eu percebo que o João foi o grande motor junto da nossa faculdade, mas eu percebo que houve aqui pessoas muito importantes das outras universidades que estão envolvidas. E nestas coisas é sempre necessário um champion um "Pedro Feroz", como disse o meu amigo Charles Buchanan sobre o Pedro Ferraz de Abreu, alguém que puxa, realmente, a carroça e que faz as coisas acontecerem, mas curiosamente, eu, na altura, tinha uma noção muito clara que a maior parte dos programas de doutoramento que nós estávamos a aprovar dentro nas nossas escolas não tinham..., careciam de alguma... tinham alguma pobreza. E pobreza em que sentido? Eram programas muito fechados dentro de departamentos, muito fechados dentro de escolas, muito pouco transversais em termos de conhecimento, com pouco envolvimento social, pouca abertura à sociedade, pouca abertura às empresas, muitas vezes, pouca abertura internacional. Não estou a dizer mal deles todos, mas para dizer o quê? Que este programa era claramente um programa que contrastava. E nesse sentido, parece-me que este foi um programa pioneiro.

Houve outros, o Programa de Alterações Climáticas é muito interessante, também envolve algumas das escolas que estão aqui. Houve um, em que eu tive um envolvimento até muito pessoal, que tem a ver com a engenharia da refinação e a petroquímica e a química, que envolve empresas e cinco universidades. E são estes programas que envolvem, se quisermos, um esforço conjunto entre..., entre várias universidades, um esforço conjunto, por vezes, com empresas, outras vezes é mais difícil,

com os outros agentes sociais. E são esses programas que efectivamente me parece que podem conduzir a qualquer coisa de diferente. Por um lado, porque para os alunos são mais interessantes, são normalmente mais interdisciplinares e mais transversais e colocam-nos numa posição totalmente diferente.

Em termos de aprendizagem e de funcionamento da escolas são programas essenciais. Reparem, eu estava há pouco a falar com uns colegas e a perceber que há alguns problemas administrativos no caminho. O que é normal, porque pôr quatro universidades a conversar, podem imaginar o drama que é. Mas, efectivamente, esse esforço de pôr quatro universidades a falar e a pôr de pé um programa com regras totalmente diferentes daquelas que lhes eram postas... é uma aprendizagem para o futuro extraordinariamente importante. Aliás, se há alguma coisa de que tenho pena, é que penso que poderia ser extraordinariamente interessante, que em programas com características deste tipo, eventualmente tivessem alguma partilha de mecanismos de funcionamento e de dificuldades que tiveram de ser vencidas.

Às vezes mesmo coisas tão simples como seja, como é que se atribui um grau, como é que se lançam as notas ou como é que se faz o recrutamento de alunos, como é que se faz a orientação, como é que se faz co-orientação de alunos. Por exemplo, é muito interessante ter programas nos quais temos alunos orientados por docentes de mais do que uma escola. E portanto, o percurso que este programa já fez e o percurso que outros já fizeram, parece-me que devem ser percursos que podem ser partilhados e experimentados entre mais do que um programa.

O que eu posso dizer é que, pelo lado da Reitoria da (U.) Nova, o nosso interesse em apoiar este tipo de programas é total. Aliás, acho que ele devia ser o modelo para outros e eu estou firmemente convicto que este é um modelo que devíamos adoptar de forma mais organizada.

É óbvio que para ele funcionar, é sempre preciso alguém que seja feroz e que faça que o programa aconteça. O que posso dizer é que da parte da Reitoria da Nova, acho que vão poder contar com o nosso apoio porque este é precisamente o tipo de programa que nós queremos e em que vale a pena apostar.

Muito obrigado.

=====

João Crespo
Vice - Rector of the Universidade Nova de Lisboa
E-Planning Conference 2011

: I wanted to start by thanking the invitation to be here . Professor Anthony Rents, Rector of the Universidade Nova de Lisboa , could not be , but I 'm very pleased . I'm very pleased , by the nature of the program and also to be here again, and again present in FLAD with good friends like Charles Buchanan . And interestingly , this is a program that is not really me indifferent, because , at the time the program started I curiously, was president of the Scientific Council of the Faculty of Science and Technology, New University of Lisbon .

Therefore , all the starting procedure of the program by at the time of involving the Faculty of Science and Technology , was a process that I followed . Professor João Joanaz Melo did an amazing work on time , I would say crazy because we had to convince everyone that the program made sense , which was not obvious , everyone asked him what he meant and Planning - not was exactly the most obvious thing in the world . But interestingly, I must say that , even at that time it seemed to me that the kind of program that was trying to be built and standing post, and I realize that João was with the great engine of our college, but I realize that there was very important people here at the other universities that are involved people. And in these things is always needed a champion , one "Pedro Ferocious", as my friend Crales Buchanan said about Pedro Ferraz de Abreu, someone who pulls really the wagon and that makes things happen , but curiously , I , at the time , had a very clear sense that most doctoral programs we were to adopt within in our schools ... had not lacked some ... had some poverty.

And poverty in what sense ? Programs were very close within departments , schools within very closed , very little cross in terms of knowledge , with little social involvement , lack of openness to society , opening the little companies often little international opening. I'm not saying evil of them all , but to say what? That this program was a program that clearly contrasted . And in that sense , it seems to me that this was a pioneering program .

There were others , the Climate Change Programme is very interesting , also involves some of the schools that are here . There was one where I had a very personal involvement until , that has to do with engineering the refining and petrochemical and chemical , involving companies and five universities . And are these programs involve , if you will, a joint effort between ... between several universities , a joint effort , sometimes with companies , other times it is more difficult with other social agents . And it is these programs which actually seems to me that may lead to something different . On the one hand , because for students are more interesting , are usually more and more interdisciplinary and cross put us in a totally different position.

In terms of learning and operating the schools programs are essential . Look , I was just talking to a few colleagues and realize that there are some administrative problems down the road . What is normal because putting four universities talking , you can imagine the drama that is . But , actually , this effort of putting four universities to speak and stand a program totally different from those that were put to them rules ... is an extremely important learning for the future. Incidentally , if there is anything that I'm sorry , is that I think could be extraordinarily interesting , that in programs with features of this type eventually had some sharing of operating mechanisms and difficulties that had to be overcome .

Sometimes even simple things such as, how do you assign a degree , how do you throw the notes or how do you make the recruitment of students , how do you make the guidance , how do you do co - guidance of students . For example , it is very interesting to have programs in which students have driven teachers from more than one school. And so the journey that this program has made and the path that others have done , seems to me to be pathways that can be experienced and shared among more than one program .

What I can say is that , by the side of the Rectory of (U.) New , our interest in supporting such programs is total. Incidentally , I think he should be a model for others and I am firmly convinced that this is a model we should adopt a more organized way .

It is obvious that for it to work , you always need someone who is fierce and to make the program happen . What I can say is that the part of the Rectory of Nova, I think they will be able to count on our support because this is precisely the kind of program that we want and that is worth betting .

Thank you very much .

=====

Article

Introducing e-Planning Agenda

Pedro Ferraz de Abreu

pfa@mit.edu

"e-Planning Workshop" , 17 November 2010, FLAD*

e-Planning Consortium

In cooperation with MIT (Dept. of Urban Studies and Planning), where I began working on the concept of e-Planning (MIT course 11.950 e-planning Seminar) and built its agenda with Joseph Ferreira and other researchers back in 2003, several Institutes and Research Centers in Portugal decided to create the "e-Planning Consortium" (www.e-planning.org). One of the first objectives

was to build a new joint PhD program, which is currently offered (jointly) by 4 Universities in Portugal: UTL, UNL, UL, UA.

This short document summarizes the e-Planning research agenda. It is directly based on a paper Joseph Ferreira and I wrote in 2003 (Ferraz de Abreu, P. Ferreira Jr., J. "Towards a Research Agenda on e-Planning", MIT, 2003), and updated through discussion with the e-Planning Consortium Task Force during 2007 and 2008. That paper was used as the core substance of the new PhD program registered in 2009 in Portugal. It is therefore a good way to introduce e-Planning to interested researchers and PhD candidates.

e-Planning, an emerging field

The fast progress on information and communication technologies (ICT) enabled significant advances on both private and public sectors. In particular, new ICT brings new conditions for improving government (including e-Government), public administration and key services of public interest, whether provided by the state, civil society institutions or private enterprises. But new conditions bring also new problems and raise many new questions that go beyond using Internet for public services and re-shaping these services to better adjust to the new reality of the information society.

e-Planning is a new scientific area of inquiry that is emerging to address a substantive part of these issues. Its focus is to study and develop the interaction between ICT and Planning, which requires in-depth research and development on both ICT and Planning domains.

Planning is a wide-breath discipline, addressing from policy making to implementation, from institutional analysis to regulatory frameworks, from decision-making to public participation. Planning is therefore a key layer interfacing Government and Citizens, as well Government and Citizens' organized activity, be it for profit or non-profit, whether of social, economic or cultural nature. Such interface is the level where most new problems and questions arise, when we seek to introduce new information and communication technologies.

However, the scientific traditions on Planning differ considerably between USA and Portugal (and most EU). Unlike in the USA, there is no "School of Planning" in Portugal, where it is distributed by many different schools (Environment, Economics, Sociology, Architecture, Urbanism, Engineering). We see these different traditions as both a challenge and an opportunity for collaboration between the Portuguese Academia and other foreign institutions, such as MIT. By cross-pollinating both Portugal and USA scientific rich traditions that are its foundation, we will be in a position to give a unique and strong contribution to build the new, emerging e-Planning field.

This research agenda on e-Planning aims to address the new problems and consequent research questions emerging from the new technology context and its wide and deep impacts across all planning-related areas.

Issues and Research Questions

The challenges and opportunities brought by the new technology developments share some common traits on a global scale, and present some important specificities for Portugal.

Core Research Questions

Given the wide-breadth nature of Planning, it is important to identify a focus for the e-Planning agenda. We chose to consider the following key layers: Government, Governance, The City and Territory, Citizenship, and Planning Knowledge Infrastructure.

1. e-Government has emerged as a central policy of Public Administration both in the EU and US. Initially, we saw a multitude of independent initiatives towards improving the use of ICT in public services and administration, using the Internet to facilitate information access and automation of services. We have now the emergence of central plans and central authorities, even multi-national regional plans and agencies, which are developing e-government strategies and policies touching all sectors in society and all branches of government.

Some key examples are: the "e-Government Task Force for Ibero-American Countries", at the level of central ministries; the "e-Europe" initiative, adopted as policy by the European Council 2000 Summit in Lisbon, requiring "public administration at all levels to use new technology to give

public access to information for all citizens, promoting, at the same time, on-line interaction among citizens and public administration". In the US, there are similar significant investments, as the NSF-funded "Digital Government" program and the US Federal government's restructuring efforts (Vice President Gore's 'Reinventing Government' project and the 'E-Government Initiatives' of the current Office of Management and Budget).

Inevitably, these "e-Government" efforts are impacting the agenda for what we call 'e-Planning'. Such a trend is forcing planners to look beyond the relatively simple examples of service automation or public access to government information. Will the centralized services move beyond efficient publishing and broadcasting, to promote meaningful dialogue among citizens and public/private interests?

2. The trend towards a more central role of technology in Government and in Planning has come, somewhat paradoxically, as the technologies have greatly enhanced the prospects for disaggregated spatial analyses and decentralized, community level planning. Reduced cost and improved technology has stimulated the rapid expansion of detailed, disaggregated data about land use and ownership, geography, infrastructure, environmental conditions, etc. along with new, sophisticated analytical tools and visualization techniques to make the best use of them.

This dual trend poses new intellectual challenges at community/neighborhood as well as city/global levels, and it raises research questions on a breadth of issues, with emphasis on Public Participation, Privacy, Security and Freedoms, Institutional reform, and Environmental-Health Planning. Furthermore, its study requires considerable knowledge and understanding of ICT's potential, not only of hardware and software, but also of powerful analytical tools, data mining, and communication strategies.

3. Technology is bringing to the table a new wealth of data and parameters, at multiple levels, that were not available to planners before. Besides the well-known issues of data filtering and evaluation, how does this data availability impact planning processes, levels and scope? How does it relate to the emergence of "neighborhood planning"? Can ICT facilitate de-centralization of urban revitalization and development efforts? Will it enable new forms of measuring the "performance" of a City, and of City Plans? Will these measures benefit 'outside' regulators or 'inside' residents and community organizations?

4. Technology is also the focus of attention in a world troubled with increased levels of insecurity and conflict / competition. How can Planning and IT contribute to a better grasp of the trade-offs among issues of security, human rights and freedoms? What are the new threats to privacy posed by the level of detail and accuracy of data collected in planning procedures and policy implementation? How does new ICT impact institutional capacity building, and enable different frameworks in the re-shaping of a new world order and new global institutional challenges?

5. Technology is facilitating citizen access to information, and information infrastructure, at levels never experimented before. But this new trend towards government centrality, and IT business consolidation, may inform citizens without empowering them. What forms of public participation in decision-making and the economy are sought, enabled or deterred by the new policies? Are current technology development policies favoring citizen participatory / entrepreneur models, or pushing back citizens to a consumer-only role?

6. Technology is rapidly changing the public administration landscape. How is it impacting institutions and regulations? Is the new technology challenging the current institutional and regulatory framework for plan-making and urban development? What are adequate paths towards institutional and regulatory reform?

7. New challenges in Planning, with or without an "e", cannot be understood separated from the challenges faced by the people that embody it. What is the role of a planner in this new scheme, between e-Government oriented policies and increased citizen pressure towards interactive planning? What new technology and analytical skills and competencies are required for the new generation of planners? How can we improve our current school curricula to correspond to these new requirements?

Specific Challenges in Portugal

Besides sharing the "core" issues with many other countries, Portugal is faced with its own specific facets of these problems. We identify the following ones as key examples of what we need to address:

1. Enormous shortcomings in the Planning Knowledge Infrastructure. One good measure of the challenge we face was the recent statement from the Secretary of State for Land Use Planning of

the Portuguese Government, alerting for the fact that we do not have proper cadastre information about who owns near 20% of the land in Portugal. In general, we have a deficient geo-referencing of core data and poor integration / articulation of the multiple data-bases and GIS at multiple levels. We need to "map the planning knowledge" of Portugal, making the best use of the ICT advances, and generate better tools for integration and analysis.

2. Deficient Public Administration. Despite multiple reform efforts, Portugal still has high levels of inefficiency in national and local public administration. In great need to reshape its procedures and technology, to bring the benefits of modern technology and simplified procedures to improve services and lower its costs.

3. An acute need to rethink the Role of the State and corresponding new Public Policies. We need to use technology to improve efficiency and security but without compromising our freedoms and rights; to promote a modern, informed citizen participation, without weakening our core democratic institutions (representative democracy); to fight the old social exclusion battles, still a priority in Portugal, but also the new increasing dangers of info-exclusion and market failures; to promote a market-driven economy but avoid the capture of the regulatory framework by special interests. One good example of a complex problem in a small economy such as Portugal's, is the dilemma for public policies either to facilitate concentration and national quasi-monopolies as a strategy to create dimension, scale, that is able to compete with the giant players within globalization, or instead to even the field, not favoring dominant market players but promoting effective use of the new technologies to facilitate alternative strategies of competitiveness.

4. Loss of Competitiveness of our Cities, including the Capital of Portugal, with corresponding loss of decision centers, in the general context of globalization but within the EU framework, and in particular in the context of Iberia. We need a bold vision for the city of the future, making the best of the opportunities brought by the new technologies.

5. Weak Citizen Participation and Empowerment. Portugal still has very low levels of citizen engagement in civil society, be it through NGOs, or participation in the political process, from elections to public consultation opportunities (environmental impact evaluation, master city and regional plans, etc.). This is an area where e-Planning-related research in Portugal has already shown a great potential for the role of the modern ICT promoting citizen meaningful participation and empowerment.

e-Planning Agenda

e-Planning knowledge infrastructure

Mapping of the knowledge society.

Mapping of the planning knowledge.

Develop the new ICT infrastructures and strategic frameworks

e-Planning for the government of the future (e-government)

More efficient and responsive government, closer to citizens; better enabling role; better services; better adjustment to the challenge and new potential of digital implementation of administrative procedures, beyond raw automation; two-way G2G, G2C, G2B.

e-Planning for a new governance (e-governance)

Foster institutional culture towards the common good, more equity and less exclusion; build strategic institutional capacity within globalized world; better institutions; better regulation framework and handling of market failures; better balance of security & efficiency vs. freedoms, liberty and accountability.

e-Planning for the city of the future (e-city) and territory

Build the cities of the future, as sustainable environments with new functionality that breed innovation; foster cities with better quality of life, more attractive and competitive; better

spatial planning, promoting social and territorial cohesion, incorporating new structural impacts of ICTs.

e-Planning for a new citizenship
(e-citizenship)

Enable a better informed and educated citizen, more participative, more critical, more responsible; better balance of technology challenges with ethics & individual freedoms & privacy.

* FLAD - Luso-American Foundation for Development